

tigo e mantinha relações íntimas com os membros da camada dominante. Em terceiro lugar, contar-se-iam os «comerciantes». Todas as pessoas que viviam do comércio, como proprietários e negociando com os próprios recursos, entravam nessa categoria, afirmamos o informante. Os beneficiadores e comissários de café eram igualmente classificados, e tratados como «comerciantes». Contudo, quando o fazendeiro fosse também beneficiador, prevaleceria a qualificação mais elevada. De modo geral, assevera-se, os «comerciantes» não recebiam o tratamento como «iguais» por parte dos fazendeiros nem eram incluídos em seus círculos de «amigos» ou de relações sociais íntimas. Os fazendeiros chegavam a recusar-se a lhes vender suas fazendas, mesmo nos casos de grande precisão. Atetou-nos um descendente de antigos fazendeiros que, «nos bons tempos», as fazendas só seriam vendidas a pessoas conhecidas. Por fim, viria a quarta camada, composta por indivíduos de «profissões mecânicas». Os dados contidos nas evocações permitem distinguir diversas estratos: 1.º) os «caixeiros, vendedores e balconistas, que mereciam maior consideração, por sabermos ler e escrever; 2.º) os «agregados e boleiros», que contavam com a simpatia dos fazendeiros e recebiam deles favores diretos (terras para cultivo de mantimentos ou serviços, que os expunham à condição de «pessoas de confiança», em contacto permanente com os familiares do chefe ou com ele próprio); 3.º) os «fideiros», que exerciam certa autoridade sobre os camaradas, comunicando suas faltas ao fazendeiro — embora não ganhassem mais, desfrutavam do prestígio inerente à situação que ocupavam em face dos interesses daquele; 4.º) os «camaradas», que se incluíam no último patamar da última camada; trabalhavam para os fazendeiros por dia, por empreitada ou por mês; mas, às vezes, alcançavam parcos em certos períodos e dispunham da regalia de usar pequenas áreas da fazenda, para a produção dos mantimentos de subsistência. O agregado recebia maior consideração, talvez por ser menos dependente ou por participar de forma mais direta do convívio com o fazendeiro ou com seus familiares; é certo que alguns descendiam de «famílias boas» arruinadas, recebendo um tratamento mais afetivo por parte dos fazendeiros. Quem não tinha posição certa nessa hierarquia era o «administrador da fazenda». Tanto poderia ocupar uma das posições inferiores, da primeira camada, quanto estar no topo da segunda. De fato, o seu prestígio e classificação dependeriam de sua situação pessoal. Se descendesse de uma «família boa» ou se fosse parente do fazendeiro, seria incorporado socialmente à primeira camada; se

tivesse sido anteriormente um antigo camarada, que «subira» graças à devoção aos interesses do fazendeiro e à simpatia conquistada no ânimo deste, classificaria-se na segunda camada. Por isso, ser administrador de fazenda tanto podia significar perda de prestígio quanto traduzir ascensão social. A primeira alternativa é ilustrada pelo ditado: — «E. Fulano já esteve mal uma vez! Chegou a ser administrador de fazenda!».

O que releva notar, nessas evocações — cuja veracidade sociológica, como meios de reconstrução do passado real, não interessa aqui — é o realce em que é posta a estabilidade nas relações sociais e as implicações do prestígio no tratamento recíproco. Elas retratam um sistema de posições sociais em que a mobilidade existe, é reconhecida, mas pode ser contida dentro de certos limites, sem transformar-se, portanto, numa ameaça à ordem social. Um Zé dos Anzóis qualquer nunca passaria de um zero dentro dele; pois a ascensão social dependia de relações pessoais, de reconhecimento mútuo e principalmente do reconhecimento pelo esforço realizado dentro de um círculo restrito de critérios de avaliação. Elas descrevem um sistema de relações sociais em que o direito de mandar e o dever de obedecer se regulam pela tradição e em que o parentesco colocaria fortemente todas as esferas de ajustamentos sociais, conformando os interesses ou reativando as obrigações mútuas. Um exame superficial sugere, desde logo, que a imagem retrada não reproduz mais o regime social imperante no vale no período de fastígio indiscutível do café, no terceiro quartel do século passado. Mas o seu modelo atenuado, no qual todas as normas e padrões de comportamento senhoriais, que regulavam o tratamento recíproco do senhor e do escravo, foram abolidos. A insistência nos aspectos mais característicos da antiga organização social senhoriais demonstra, porém, que se associam, nos meios humanos em que essas lembranças se conservam, atitudes de lealdade e de preferência para com os princípios em que se fundavam as relações humanas no passado. Trata-se de uma impulsão de conservantismo social que é mais ativa e significativa que a mera «saúde de antanho». Ela configura toda uma perspectiva social que vincula o passado os indivíduos que a aceitam, levando-os a procurar fora do presente uma inspiração para o ajustamento às situações sociais atuais e as medidas de valor para o exame crítico das «novas condições de vida». Vemos nessa evocações o clima socio-cultural que alimenta as reflexões intelectuais, pessimistas mas construtivas a seu modo, de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Poderiam alegar que atitudes dessa natureza, polarizadas em torno do passado e da sua significação, são inadequadas aos ajustamentos e controles sociais impostos pelas situações de vida emergentes. Isso é verdadeiro, principalmente quando as tendências conservantistas se produzem em uma sociedade em mudança e quando elas se unem às tendências evolutivas de transformação da ordem social. No caso das comunidades localizadas no Vale do Paraíba, é o que parece ocorrer, à primeira vista. Em quase todas as zonas impôs-se a substituição do cultivo de café pelo de outras plantas ou pela criação de gado. Além disso, várias atividades industriais ou extrativas se introduziram aqui e ali, sendo que a própria «lavagem de café» tende a ser explorada através de técnicas mais modernas. O fluxo de imigrantes, nacionais e estrangeiros, também contribuiu para afetar as antigas condições de existência e para criar novos focos de alteração da ordem social. Deixando de lado essas e outras questões — pois não temos o propósito de fazer uma análise sociológica das transformações que se operam atualmente nas comunidades do vale — seria o caso de se indagar se as atividades apontadas prejudicam, de certa forma, os descendentes dos membros das velhas «famílias boas», em particular no que concerne à competição com os imigrantes nacionais e estrangeiros que lá se fixaram.

Através de entrevistas que fizemos, com descendentes de estas antigas famílias, alguns dos quais fazendeiros, outros funcionários públicos ou professores, constatamos que essas atitudes se vinculam a uma rédea atual de interesses sociais. Para essas pessoas, a conservação de atitudes que as associam ao passado representa uma fonte de prestígio, social e lhes confere uma dignidade toda especial, em confronto com os moradores mais recentes, erigidos que se operam em níveis que se gravitam em torno do comércio, da criação de gado ou de certas indústrias, e quase sempre através de penosos esforços considerados pouco conspícuos, em face dos exemplos legados pelos antepassados e defendidos pela tradição. De modo que a vinculação ao passado, além de ser algo emocional e moralmente compreensível, possui fundamentos sociais facilmente assentados. Não constitui, portanto, uma mera ficção, para obter sensação de segurança e o sentimento de continuidade social. E também o ponto de apoio para o funcionamento de certos critérios de preservação do prestígio antigo, abalado pelo empobrecimento relativo ou completo, tanto quanto pela ascensão econômica de famílias adventícias; e o background que assegura, em condições econômicas e sociais relativamente adversas, a obtenção de posições sociais compatíveis com aquele prestígio e com as concepções de dignidade, herdadas do passado. Os imigrantes estrangeiros e os seus descendentes, bem como os mineiros e seus descendentes, que se localizam pela região, apesar de sua crescente hegemonia econômica não encontram vantagens em romper com as linhas de acomodação estabelecidas por essa complexa noção de superioridade social. De um lado, já acharam tais pessoas exercendo a autoridade política e administrativa ou a direção das melhores fazendas. Aprenderam a respeitá-las desde o início, embora introduzindo, distinções inevitáveis, que excluem uma avaliação uniforme dos símbolos de prestígio e dos critérios de

Assine TAMBÉM

«MUNDO AGRÍCOLA»

revista fundada em 1952 e até hoje dirigida por MARCELO BARBIELLINI AMADEI, tendo como Redator-Chefe o engenheiro-agrônomo SHISUTO JOSÉ MURALAMA e Assistentes AMADEU A. BARBIELLINI NETO e MARCELO A. BARBIELLINI JUNIOR.

Assinatura anual: Cr\$ 300,00; 5 anos ou 5 por 1 ano: Cr\$ 1.300,00

SE VOCE NAO CONHECE «MUNDO AGRICOLA», PEÇA UM NÚMERO DE AMOSTRA, GRATIS, A CAIXA POSTAL 5892 — S. PAULO

EDITORA «MUNDO AGRICOLA»

Rua Major Diogo, 900 - Tel.: 36-9245 - S. PAULO